

1 COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR  
2 ATA 168ª SESSÃO ORDINÁRIA  
3 Brasília, 13 de maio de 2008  
4

5 **1.0 - ABERTURA**

6 Constatado o “quorum” de 11 Representantes, conforme estabelecido no Art. 9º do Regimento  
7 da CIRM, o Almirante-de-Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO declarou aberta a  
8 Centésima Sexagésima Oitava Sessão Ordinária da CIRM.

9 **1.1 – Membros Representantes**

10 **- Casa Civil da Presidência da República**

11 Sr. RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES (Titular).

12 **- Ministério da Defesa**

13 Vice-Almirante ARNON LIMA BARBOSA (Titular); e

14 Capitão-de-Fragata ALVARISTO NAGEM DAIR JUNIOR (Suplente).

15 **- Comando da Marinha**

16 Contra-Almirante FRANCISCO CARLOS ORTIZ DE HOLANDA CHAVES (Secretário); e

17 Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM) PAOLO STANZIOLA NETO (Suplente).

18 **- Ministério das Relações Exteriores**

19 Ministro LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO (Titular); e

20 Conselheiro BERNARDO PARANHOS VELLOSO (Suplente).

21 **- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

22 Sr. ANTONIO DIVINO MOURA (Titular).

23 **- Ministério de Minas e Energia**

24 Sr. KAISER DE SOUZA (Representante);

25 Sr. JOSÉ BOTELHO NETO (Representante); e

26 Sr. ADRIANO GOMES DE SOUZA (Representante).

27 **- Ministério da Educação**

28 Sr. JOÃO CARLOS BRAHM COUSIN (Titular).

29 **- Ministério de Ciência e Tecnologia**

30 Sr<sup>a</sup> DARLY HENRIQUES DA SILVA (Representante).

31 **- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

32 Sr. MARCIO BASTOS MEDEIROS (Titular).

33 **- Ministério do Meio Ambiente**

34 Sr. RUDOLF DE NORONHA (Titular); e

35 Sr<sup>a</sup> CLAUDIA ALVES DE MAGALHÃES (Representante).

36

37 - **Ministério do Turismo**

38 Sr<sup>a</sup> MARA FLORA LOTTICI KRAHL (Suplente).

39 - **Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República**

40 Sr. MARCOS SANTIAGO FRITSCH (Representante); e

41 Sr. GUILHERME SCHEIDT (Representante).

42 - **Ministério da Integração**

43 Sr. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (Representante).

44 - **Ministério da Saúde**

45 Sr<sup>a</sup> SIMONE EGYPTO CAVALHEIRO (Representante).

46 - **Ministério dos Transportes**

47 Sr. ANGELO VINICIUS (Representante).

48

## 49 **1.2 – Outros Participantes**

50 Vice-Almirante LUIZ FERNANDO PALMER FONSECA (DHN)

51 Capitão-de-Mar-e-Guerra WILLIAM DE SOUZA MOREIRA (GCM);

52 Capitão-de-Mar-e-Guerra MARCOS LOURENÇO DE ALMEIDA (EMA);

53 Capitão-de-Mar-e-Guerra (T) JANETE DE MATOS (SECIRM);

54 Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) FLÁVIO LUIZ GIACOMAZZI (SECIRM);

55 Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) CELSO MORAES PEIXOTO SERRA (SECIRM);

56 Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) CARLOS ROBERTO LEITE (SECIRM);

57 Capitão-de-Fragata (EN) ANGELA ALONSO RANGEL (COMOPNAV);

58 Capitão-de-Fragata LUIZ CARLOS TORRES (CHM);

59 Capitão-de-Fragata(RM1) ALEXANDRE TAGORE ALBUQUERQUE (DHN);

60 Capitão-de-Corveta ROBSON DE ARAÚJO DA SILVA (SECIRM);

61 Capitão-de-Corveta(T) IZABEL KING JECK (CHM);

62 Capitão-de-Corveta(T) ANA ANGÉLICA LIGIERO ALBERONI TAVARES (CHM);

63 Sr. PAULO ROBERTO MALDONADO (PETROBRAS);

64 Sr. JORGE JESUS CUNHA PALMA (GT LEPLAC);

65 Sr. RICARDO PINHEIRO MACHADO (PETROBRAS);

66 Sr. JAIRO MARCONDES DE SOUZA (PETROBRAS);e

67 Sr. JOSÉ BOTELHO NETO (PETROBRAS).

68

## 69 **2.0 - FRENTE PARLAMENTAR**

70 O Coordenador da CIRM apresentou aos presentes os Parlamentares Senador Cristovam  
71 Buarque e a Deputada Federal Maria Helena, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da  
72 Frente Parlamentar em Prol do Programa Antártico Brasileiro.

73 O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Senador Cristovam Buarque que afirmou fazer  
74 parte de diversas bancadas, tanto bancadas por temas, quanto bancadas de amizades com países, mas  
75 que nenhuma possuía tanta atividade como a bancada para a Antártica, e isso, continuou o Senador,  
76 se devia a dois fatores: à dedicação da Deputada Maria Helena e da Sra. Ilana Trombka- Assessora  
77 do Presidente do Senado e Coordenadora da Frente Parlamentar em prol do Programa Antártico  
78 Brasileiro, e ao tema “Antártica” que por si só fascina pelo momento que vive a humanidade e pelo  
79 sentimento que o Brasil tem de responsabilidade com o mundo inteiro diante dos problemas  
80 ambientais. Disse ainda que, diante do cenário global, o povo tem que cuidar bem das suas crianças,  
81 dos seus velhos, das suas florestas e do gelo do planeta. Este, símbolo das mudanças climáticas e  
82 suas conseqüências. Afirmou ser transparente a importância da Antártica para o clima e vida do  
83 planeta e também para os estudos de geologia, climatologia e biologia além de despertar o orgulho  
84 brasileiro de estar presente no continente gelado. O Senador continuou exemplificando alguns  
85 motivos de orgulho de ser brasileiro, coisas que funcionam no Brasil - Correios, urnas eletrônicas,  
86 Petrobrás e Programa Antártico. Afirmou que Programa Antártico pode contar com o apoio da Frente  
87 Parlamentar, inclusive do Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho quer seja  
88 para a elaboração do orçamento do ano de 2009, para propor Emendas ou qualquer regulamentação  
89 necessária que necessite do Parlamento.

90 O Senador lamentou não poder participar de toda a reunião do Conselho, agradeceu a todos  
91 que tornam possível a presença do Brasil na Antártica a todos os trabalhos que lá se originam para  
92 melhor entender a vida no nosso planeta. Concluiu dizendo ser Senador pelo Distrito Federal e  
93 Senador pelo Programa Antártico.

94 O Senador Cristóvam Buarque passou a palavra a Deputada Federal Maria Helena.

95 A Deputada Federal Maria Helena aproveitou a oportunidade para divulgar a origem da Frente  
96 Parlamentar que, atualmente, conta com 118 Deputados e 48 Senadores, e que, desde a sua ativação  
97 no ano passado, já foram conseguidos R\$ 6.500.000,00 para a manutenção da Estação Antártica  
98 Comandante Ferraz e mais R\$ 350.000,00 para monitoramento do clima. Citou ainda que aproveitou  
99 o vôo parlamentar para a Antártica, prolongado em conseqüência do mau tempo, para conhecer os  
100 projetos lá desenvolvidos e discutir as necessidades com representantes do MCT, CNPq e Marinha  
101 do Brasil. Destacou o trabalho da Assessoria Parlamentar da Marinha na Câmara e fez um relato  
102 sobre a os compromissos cumpridos no ano de 2008:

103 - Vôo parlamentar para a Antártica;

104 - Diploma Mulher Cidadã para a Sra. Alice Edith Klausz, a Tia Alice, que é a comissária de  
105 bordo dos vôos de apoio para a Antártica, apesar dos seus 80 anos, presta esse serviço voluntário;

106 - Reunião com Comandante da Marinha, Ministro da Ciência e Tecnologia e a Ministra do  
107 Meio Ambiente;

108 - Visita ao Centro de Pesquisas Espaciais em Santa Maria, e reunião com o Comitê Nacional de  
109 Pesquisas Antárticas;  
110 - Lançamento dos livros “O Brasil na Antártica 25 anos de história” da SECIRM e “O Brasil e  
111 o meio ambiente Antártico” coordenado por uma pesquisadora do MMA;  
112 - Seminário sobre o “Continente Antártico e sua influência nas mudanças climáticas globais”;  
113 - Sessão Solene no Congresso Nacional em homenagem ao 4º Ano Polar Internacional;  
114 - Exposição “O Brasil na Antártica” no Senado;  
115 - Exibição do filme Happy Feet nas escolas públicas do Distrito Federal;  
116 - Participação de parlamentares na reunião da CIRM; e  
117 - Participação, no Rio de Janeiro, na Oficina Estratégias Sulamericanas para Pesquisa Antártica  
118 com representantes de todos os países latino-americanos que têm base científica no continente  
119 antártico.

120 Citou, também a programação a confirmar/cumprir no restante do ano.

121 - Visita ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em São José dos Campos;  
122 - Lançamento do site da Frente Parlamentar;  
123 - Reunião entre os pesquisadores antárticos e reitores de universidades brasileiras envolvidas  
124 em pesquisas;  
125 - Promover a revitalização do Programa Rondon para a Antártica, através de seleção de  
126 monografias. Nesta ocasião lembrou a oportunidade aproveitada pela Dra.Cristina Engel que  
127 conheceu a Antártica através de uma monografia em que foi a primeira colocada e, desde então, tem  
128 realizado um belíssimo trabalho de revitalização/ampliação da estação científica; e  
129 - Realizar palestras itinerantes sobre o Programa Antártico e suas pesquisas em parceria com as  
130 universidades e com a participação de parlamentares da Frente Parlamentar.

131 O Coordenador da CIRM citou que é importante que o plenário da CIRM tenha consciência de  
132 que o apoio parlamentar traz benefícios muito grandes ao Programa Antártico Brasileiro,  
133 principalmente na fase de montagem do orçamento para o ano de 2009. Relembrou que é o  
134 Congresso Nacional quem elabora a Lei Orçamentária Anual. Porém, as Emendas se originam de  
135 parlamentares que se interessam pelo Programa Antártico como o Senador Cristovam Buarque e a  
136 Deputada Maria Helena, apenas para exemplificar. Completou dizendo que a Marinha do Brasil está  
137 na Antártica para apoiar a pesquisa e agradeceu a presença do senador e da deputada no plenário.

138 Neste momento o Senador Cristovam Buarque, a Deputada Maria Helena e a Sra. Ilana  
139 Trombka retiraram-se da sala de reunião.

140 **3.0 - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

141 **3.1 – Relação de Documentos (Ref.: Doc. CIRM 168/1)**

142 O Coordenador da CIRM participou aos Representantes que o Doc. CIRM 168/1 relaciona  
143 todos os documentos que servirão de referência para esta reunião:

144 168/1 - Relação de documentos para a 168ª Sessão Ordinária da CIRM;

145 168/2 - Agenda da 168ª Sessão Ordinária da CIRM;

146 168/3 - Ata da 167ª Sessão Ordinária da CIRM;

147 168/4 - Histórico sobre o LEPLAC; e

148 168/5 - Resolução nº 1/2008, sobre a Proposta de Limite Exterior da Plataforma Continental  
149 Brasileira a ser apresentada à Comissão de Limites da Plataforma Continental.

150

151 **3.2 - Adoção da Agenda (Ref.: Doc. CIRM 168/2)**

152 O Coordenador da CIRM submeteu ao plenário a aprovação da Agenda para esta reunião,  
153 documento CIRM 168/2. Como não houve nenhum pedido de modificação, o Coordenador declarou  
154 aprovada a Agenda desta Sessão.

155 **3.3 – Aprovação da Ata da 167ª Sessão Ordinária (Ref.: Doc. CIRM 168/3)**

156 O Coordenador da CIRM participou que a Ata da 167ª Sessão Ordinária foi encaminhada aos  
157 Representantes, para apreciação, no dia 8 de abril e, submeteu ao plenário a aprovação da mesma.  
158 (Doc.CIRM 168/3). Como não houve nenhum pedido de modificação, o Coordenador declarou  
159 aprovada a Ata da 167ª Sessão Ordinária da CIRM.

160 **4.0 - ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO**

161 **4.1 – Apresentação do GT LEPLAC**

162 O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Diretor de Hidrografia e Navegação (DHN),  
163 Vice-Almirante LUIZ FERNANDO PALMER FONSECA, coordenador do GT LEPLAC.

164 O Vice-Almirante Palmer informou que o assunto abordava o estabelecimento da última  
165 fronteira do Estado brasileiro com importância econômica e, conseqüentemente, estratégica pelos  
166 recursos existentes no solo e subsolo marinhos. Fez um breve histórico dizendo que após 17 anos de  
167 aquisição de dados no mar e processamento desses dados nos gabinetes, a proposta brasileira de  
168 Plataforma Continental foi entregue na Divisão do Ocean Affairs and Law of the Sea na ONU em 17  
169 de maio de 2004. Em abril de 2007, após analisarem os dados, o Brasil recebeu, formalmente, da  
170 Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU – CLPC, as recomendações referentes à  
171 proposta anteriormente encaminhada. Citou que foram feitas duas apresentações, uma à subcomissão  
172 para o LEPLAC da CIRM em 4 de julho de 2007 e, outra ao Comandante da Marinha, em novembro  
173 de 2007. A seguir, o Vice-Almirante Palmer apresentou uma síntese das recomendações elaboradas  
174 pela CLPC e a análise que o GT LELAC fez destas recomendações. Afirmou que o GT LEPLAC não

175 concordava com tais recomendações e concitou a todos que, ao final das explanações, decidissem se  
176 concordavam ou não com as sugestões do GT LEPLAC. Informou ainda que se encontrava em fase  
177 final de elaboração um pedido de esclarecimentos acerca das recomendações formuladas pela CLPC,  
178 bem como um relatório criticando cada item que o GT LEPLAC discordou.

179 Em seguida foram proferidas palestras pelo Dr. Marcus Aguiar Gorini sobre o tema Região do  
180 Cone do Amazonas; pelo o Dr. Jorge Palma sobre o tema Região da Cadeia Norte Brasileira; pela  
181 Capitão-de-Corveta (T) Ana Angélica sobre a Região da Cadeia Vitória –Trindade e pela Capitão-  
182 de-Corveta (T) Izabel sobre o tema Região do Platô de São Paulo e Margem Sul.

183 Ao final das apresentações, o Vice-Almirante Palmer apresentou as sugestões do GT LEPLAC  
184 para serem deliberadas pelo Plenário da CIRM:

185 1) preparar um documento solicitando esclarecimentos sobre as recomendações recebidas pelo  
186 governo brasileiro que não foram totalmente entendidas;

187 2) elaborar uma nova proposta (total ou parcial) a ser encaminhada a CLPC;

188 3) prover os meios necessários à manutenção do grupo de trabalho para acompanhamento da  
189 proposta do Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira (GTLEPLAC); e

190 4) prover os recursos financeiros para apoiar as atividades decorrentes da elaboração dessa  
191 nova proposta.

192 O Coordenador da CIRM submeteu as apresentações e sugestões do GT LEPLAC ao plenário  
193 para discussão.

194 O Coordenador concedeu a palavra ao representante do MRE.

195 O Representante do MRE, Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, Coordenador da  
196 Subcomissão para o LEPLAC, elogiou o trabalho do GT LEPLAC e continuou afirmando que as  
197 recomendações da CLPC não atendem ao que os nossos técnicos consideram como justo e adequado  
198 do ponto de vista da ciência. Sugeriu que o pouco tempo de análise da nossa proposta pela CLPC  
199 pode ser entendida como falta de consideração para com o governo brasileiro e justificar a falta de  
200 clareza das recomendações. Ainda nesta linha de raciocínio, questionou se as propostas dos países  
201 ricos seriam tratadas da mesma maneira. Sintetizou dizendo que a ciência usada pela CLPC em suas  
202 recomendações não era clara o bastante e que o Brasil possuía argumentos técnicos para sugerir  
203 alterações e fazer uma nova apresentação com todos os dados técnicos possíveis. Por se tratar de  
204 limite do Estado Brasileiro, entendeu que estes questionamentos devessem seguir para a Presidência  
205 da República a fim de ter os meios e recursos necessários disponibilizados. Além do que, frisou que  
206 os textos das propostas são parcialmente técnicos, de cunho político e enviados a um órgão da ONU.  
207 Concluiu dizendo que é preciso que isso seja visto não apenas como um adendo que vai ser feito,  
208 mas sim como a tentativa de reverter um quadro desfavorável devendo haver um esforço político  
209 muito grande e não apenas técnico.

210 O representante do MI, Sr. Rosalvo de Oliveira Júnior, concordou com o representante do  
211 MRE. Afirmou que as sugestões deveriam ser submetidas ao Conselho de Defesa Nacional, que  
212 reúne o Presidente da República e seus Ministros e que e isso, de forma alguma, diminuiria a  
213 autonomia da CIRM ou do GT LEPLAC. Continuou informando que os EUA resolveram reativar a  
214 frota naval para o Atlântico Sul, coincidentemente, após as recentes descobertas de petróleo no nosso  
215 país. Afirmou que este fato seria um argumento justificável para levar este assunto ao Presidente da  
216 República. Concordou com todas as sugestões apresentadas e submeteu à consideração do  
217 Coordenador da CIRM, participação deste assunto ao Conselho de Defesa Nacional. Concluiu  
218 levantando a necessidade de reforçar o orçamento e os recursos da Marinha do Brasil.

219 O representante do MEC, Sr. João Carlos Brahm Cousin, elogiou a forma didática e de fácil  
220 entendimento da apresentação do GT LEPLAC. Afirmou que confia na consistência de dados e no  
221 embasamento técnico de nossos profissionais para questionar as recomendações da CLPC.  
222 Argumentou se a submissão de uma nova proposta significaria desconsiderar tudo o que já foi feito  
223 em termos de levantamento da plataforma continental. Concordou com o representante do MRE no  
224 sentido de não enfrentar essa discussão somente no campo técnico e sim avançar no campo  
225 diplomático. Questionou se haveria algum prazo para apresentar a nossas reivindicações.

226 O Vice-Almirante Palmer respondeu que a proposta anteriormente enviada a CLPC não será  
227 desconsiderada, até porque existe a certeza da veracidade dos dados enviados. Esclareceu dizendo  
228 que a nova proposta (ou crítica às recomendações) traria novas interpretações ao que foi proposto, à  
229 luz das novas tecnologias.

230 O representante da Casa Civil, Sr. Rodrigo Augusto Rodrigues, solicitou esclarecimentos a  
231 respeito do longo tempo de análise da proposta da Rússia e do exíguo tempo de análise da proposta  
232 do Brasil, pela CLPC. Quis saber se esta diferença de prazo também se estende à resposta a ser  
233 apresentada.

234 O representante da DHN esclareceu que não há prazo a ser cumprido. Continuou afirmando  
235 que existe a necessidade de se reivindicar, com base na análise do GT LEPLAC, e é importante que  
236 se faça isto o quanto antes. Enfatizou que, a qualquer momento, um país poderá solicitar explorar  
237 recursos nas proximidades da plataforma que nós pretendemos seja nossa, o que no entanto, hoje,  
238 não é.

239 O representante da Casa Civil questionou o representante do MRE se haveria outra forma, que  
240 não apresentar nova proposta, para resolver esta controvérsia.

241 O representante do MRE esclareceu que não existe solução padronizada. Continuou dizendo  
242 que o país pode concordar ou não com o parecer da CLPC. Se concordar, fixa o limite de acordo com  
243 as recomendações e isso se torna obrigatório para todos, se não concordar, apresenta oportunamente  
244 uma nova submissão, mas não há uma solução de controvérsias nesse caso.

245 O Coordenador da CIRM acrescentou que o país é soberano e tem liberdade para não acatar as  
246 recomendações da ONU, a qualquer tempo, na Comissão de Limites. Entretanto, a anuência de um  
247 órgão como a ONU, confere respaldo internacional.

248 O representante do MME, Sr. Kaiser de Souza, disse que acreditava que as indústrias de  
249 mineração solicitariam áreas internacionais para exploração e, em um estágio mais avançado, trariam  
250 a frota naval. Continuou dizendo que, a julgar pela ativação da frota americana no Atlântico Sul, tal  
251 fato já estaria ocorrendo. Comentou que a plataforma continental do Uruguai é uma extensão da  
252 brasileira e, por sua vez, com características semelhantes à australiana, norueguesa e África do Sul.  
253 Comentou que é sabido que Uruguai tem uma proposta diferente da que foi apresentada pelo Brasil.  
254 Por essa razão, talvez fosse interessante que conhecêssemos como foi aceitação das propostas destes  
255 países pela CLPC e qual metodologia foi utilizada por eles. Informou ainda a Secretaria de Petróleo e  
256 Gás natural do MME tem expressado preocupação com a questão do Platô de São Paulo e que a  
257 Petrobrás tem encontrado depósito de pré-sal, e provavelmente terá hidrocarbonetos, na região onde,  
258 hoje, a CLPC entende como nossa plataforma continental, mas que discordamos da área sugerida e  
259 vislumbramos pleitear um aumento. Apresentou ao plenário e passou a palavra ao Sr. José Botelho  
260 Neto, Diretor do Departamento de Políticas de Exploração da Petrobrás. Este, confirmou a  
261 preocupação com a região do Platô de São Paulo e questionou o representante do MRE se a aceitação  
262 da proposta sem considerações impediria a submissão de uma nova proposta no futuro.

263 O representante da DHN respondeu que, como afirmou o Coordenador, o Estado costeiro pode  
264 não aceitar as recomendações, unilateralmente, e arcar com um ônus político, evidentemente.  
265 Continuou dizendo que aceitar a proposta e depois ponderar, não é previsto.

266 O representante do MRE esclareceu que após o Estado acatar as recomendações, deve dar  
267 publicidade ao fato e apresentar as cartas náuticas à ONU a fim de registrar os limites estabelecidos.

268 O Coordenador da CIRM esclareceu, mais uma vez, que não há prazo para contestar ou acatar.  
269 Sucede que, em seu entendimento, a proposta como se encontra, contempla a região do Platô de São  
270 Paulo. Informou ao plenário que não havia possibilidade de perder o que a Comissão de Limites  
271 havia sugerido. Prosseguiu dizendo que podemos expandir a área, nos casos que tivermos respaldo.

272 O Coordenador concedeu a palavra ao Capitão-de-Fragata (RM1) Tagore, representante da  
273 DHN e Presidente da Comissão de Limites da Plataforma Continental.

274 O Capitão-de-Fragata (RM1) Tagore garantiu que a proposta da Rússia foi tratada da mesma  
275 maneira que a do Brasil, sob a análise da CLPC, ao contrário da Austrália que foi analisada por um  
276 tempo muito maior. Alegou não entrar em detalhes por se tratar de assunto confidencial. Respondeu  
277 ao questionamento do representante do MRE dizendo que, enquanto for Presidente da Comissão de  
278 Limites, nenhum país, seja ele considerado em desenvolvimento, desenvolvido ou tecnologicamente  
279 avançado, terá, de sua parte, qualquer tipo de privilégio. Exemplificou com a Rússia, um país



280 expressivo, que teve problemas com a proposta submetida, além de os EUA, que protestaram contra  
281 a proposta brasileira e a Comissão de Limites não atendeu.

282 O Coordenador da CIRM esclareceu que a Resolução a ser discutida na seqüência da reunião  
283 e, posteriormente, encaminhada à Presidência da República pelos canais adequados é o mais alto  
284 documento da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

285 O Representante da Petrobrás citou que, apesar dos estudos avançados, ainda não se pode dizer  
286 se haverá óleo ou petróleo na região do Platô de São Paulo, mas, a nova sessão em estudo, avança  
287 nessa direção. Questionou sobre a preocupação da PETROBRAS caso alguma empresa estrangeira  
288 solicite exploração de petróleo, gás, etc, dentro das 200 milhas, em área que ainda não temos  
289 domínio. Completou, indagando se a solicitação fosse além da 200 milhas, em águas internacionais.

290 O representante do MRE respondeu que face à expectativa em relação a essa área, a CLPC  
291 tende a concordar que efetivamente é nossa, além disso, a Convenção das Nações Unidas para os  
292 Direitos no Mar (CNUDM) possui artigos que contemplam a situação citada. Exemplificou que, se  
293 houver uma perfuração além da plataforma continental, que conduza a exploração dos mesmos  
294 recursos que estão ocorrendo na plataforma continental de um determinado país, ou seja, se há um  
295 grande campo de petróleo que, parte dele está fora e parte está dentro da plataforma continental, a  
296 perfuração só pode ser feita com a autorização do Estado Costeiro.

297 O Coordenador esclareceu que a CLPC já concordou que a área do Platô de São Paulo faz parte  
298 da Plataforma Continental Brasileira.

299 O Comandante Tagore citou a CNUDM afirmando que os recursos da plataforma continental,  
300 são exclusivos, no sentido de que, se o Estado costeiro não explora a plataforma continental ou não  
301 aproveita os recursos naturais da mesma, ninguém pode empreender estas atividades sem o expresse  
302 consentimento desse Estado.

303 O Representante do MME ressaltou que apesar de os EUA não terem ratificado a CNUDM,  
304 possuem grande influência, e que o artigo da Convenção, fala em “acordo com o Estado” e não “com  
305 autorização do Estado”.

306 O Coordenador lembrou que existem 200.000 km<sup>2</sup> a serem incorporados a nossa plataforma,  
307 sem contar a área em torno do Platô de São Paulo.

308 O representante do MRE lembrou que a Rússia está há seis anos sem dar resposta ou apresentar  
309 uma nova submissão e disse não acreditar que, em consequência disto, alguém fosse pleitear as áreas  
310 adjacentes daquele país.

311 O representante da Petrobrás informou que a área hoje homologada pela CLPC é satisfatória  
312 para a região do Platô de São Paulo e citou que a Rússia tem muito mais meios de fazer valer sua  
313 vontade que o Brasil, no que diz respeito a ter seu espaço respeitado.

314 O Comandante Tagore informou que a CLPC ainda não aceitou o Platô de São Paulo.  
315 Continuou dizendo que aquela afirmação, só será verdade definitiva, quando o Brasil, com base nas  
316 recomendações da Comissão, aceitar e adotar o limite exterior naquela área. O que existe de concreto  
317 são as recomendações e o pronunciamento favorável àquela área.

318 O Coordenador enfatizou que nada será feito pela CLPC até que o Brasil concorde ou conteste  
319 as recomendações.

320 O representante do MME informou que, uma empresa de mineração brasileira que já submeteu  
321 ao DNPM, pedido de pesquisa mineral na área de extensão da Plataforma Continental.

322 O Coordenador passou para o tópico seguinte.

323  
324 **4.2 - Resolução sobre a Proposta de Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira a ser**  
325 **apresentada à Comissão de Limites da Plataforma Continental. (Referência: Documento**  
326 **CIRM 168/4)**

327 O Coordenador concedeu a palavra ao representante do MRE, Coordenador da Subcomissão  
328 para o LEPLAC que informou que o documento CIRM 168/5 (Resolução nº 1/2008 da CIRM)  
329 tratava-se de um texto simples que aprovava as recomendações da Subcomissão para o LEPLAC e  
330 dava continuidade às atividades do GT LEPLAC a fim de que se elaborasse uma nova proposta de  
331 limite exterior da Plataforma Continental Brasileira, além das 200 milhas, que seria oportunamente  
332 encaminhada à Comissão de Limites da Plataforma Continental. Explicou que o termo “nova  
333 proposta” devia-se ao fato de que qualquer documento enviado à Comissão de Limites era chamado  
334 de “proposta”; seria uma forma de diferenciar, além do que, permitia ao GT LEPLAC que  
335 conduzisse os trabalhos do jeito que considerasse apropriado, ou seja, com re-trabalho total ou  
336 parcial, será “nova proposta”.

337 O Coordenador deixou aberta a discussão sobre a Resolução 1/2008 da CIRM e completou  
338 que, de maneira genérica, a Resolução dava continuidade aos trabalhos do GT LEPLAC  
339 considerando que as recomendações da CLPC não foram aceitas.

340 O Representante do MI sugeriu ao representante do MRE que se inserisse um parágrafo à  
341 Resolução, e que, juntamente com o Coordenador da CIRM e o Comandante do Exército, levassem o  
342 tema ao conhecimento do Ministro da Defesa, e caso os quatro membros concordem, submeteriam o  
343 documento à reunião do Conselho de Segurança Nacional.

344 O representante do MRE informou que o nível de consideração desse tema é a CIRM, sendo  
345 assim, a Subcomissão para o LEPLAC fez recomendação ao plenário da CIRM para que se adotasse  
346 a Resolução 1/2008. Caso o Coordenador da CIRM resolvesse submeter o texto à consideração  
347 superior, seria interessante do ponto de vista de se divulgar o assunto e conseguir o apoio político.

348 O Coordenador informou que concordava com tudo o que foi dito, porém alegou que não cabia  
349 à CIRM fazer uma sugestão ao Presidente da República para submeter o assunto ao Conselho de  
350 Defesa Nacional. Continuou dizendo que cabia à CIRM aprovar ou não a Resolução e, caso  
351 aprovada, seria encaminhada, por uma exposição de motivos, ao Presidente da República. Terminou  
352 afirmando que assim pretendia conduzir o tema, caso tivesse a aprovação da Resolução, e manteve  
353 aberta a discussão sobre o documento CIRM 168/5, Resolução 1/2008 da CIRM.

354 O Representante do MRE complementou afirmando que as ações diplomáticas e/ou políticas  
355 decorrentes, são complementares.

356 Como não houve pedido de modificação, o Coordenador declarou aprovada e assinou a  
357 Resolução nº 1/2008 e informou que seria encaminhada à Presidência da República pelo trâmite  
358 legal.

359

## 360 **5.0 - OUTROS ASSUNTOS**

### 361 **5.1 - Aquisição Navio Polar**

362 O Coordenador concedeu a palavra ao Secretário da CIRM.

363 O Secretário da CIRM, Contra-Almirante Francisco Carlos Ortiz de Holanda Chaves, informou  
364 que, em fevereiro passado, por ocasião da visita do Presidente da República à Estação Antártica  
365 Comandante Ferraz, foram mencionadas algumas dificuldades enfrentadas pelo Programa Antártico  
366 Brasileiro, dentre as quais o fato de se possuir apenas um navio de apoio logístico e às pesquisas. Na  
367 ocasião, o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, sugeriu a  
368 aquisição por oportunidade de um segundo navio. Disse ainda que, após pesquisa em busca do navio  
369 adequado, a Marinha do Brasil selecionou o M/V Ocean Empress, atualmente em fase de aquisição.  
370 Concluiu dizendo que, após a aquisição e por ocasião da efetiva operatividade do navio haverá um  
371 acréscimo substancial em laboratórios e acomodações para pesquisadores, além de reforço  
372 importante na capacidade logística atual.

373

### 374 **5.2 - Aumento do Grupo Base da EACF**

375 O Secretário da CIRM informou que, após análise dos relatórios das últimas Operações  
376 Antárticas, no sentido de atender a solicitações recorrentes por parte dos pesquisadores, decidiu  
377 autorizar a inclusão de cinco novos integrantes ao Grupo-Base da EACF. Afirmou que, tal medida,  
378 visava além de proporcionar substancial aumento das disponibilidades de apoio às atividades de  
379 campo dos pesquisadores (lança skua, botes infláveis, coletas externas, etc), e que não implicaria  
380 redução de vagas para a pesquisa na EACF.

381 O Coordenador enfatizou que o aumento do grupo base era uma ação necessária, uma vez que  
382 a EACF começou com oito containeres e, atualmente possuía quase 60 containeres e mais de

383 2.000m<sup>2</sup> . Concluiu dizendo que se mantivesse a mesma quantidade de membros do grupo base,  
384 poderia prejudicar a manutenção das instalações.

385 O Representante do MRE lembrou que a aquisição de um novo navio polar é uma aspiração  
386 antiga de todos que trabalham nessa área e afirmou que o aumento do grupo base trará benefício ao  
387 Programa Antártico.

388 O Coordenador agradeceu o apoio, e concluiu dizendo que a aquisição do novo navio polar  
389 deve-se a sensibilidade do Presidente da República em atender ao pleitos dos pesquisadores.

390

## 391 **6.0 - DATA DA PRÓXIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA CIRM**

392 O Coordenador propôs que a próxima Sessão da CIRM fosse realizada no dia 21 de agosto de  
393 2008.

394 A Representante do MMA, Sra. Cláudia Alves de Magalhães, informou que o PROANTAR, no  
395 âmbito do MMA, continuava sendo coordenado pela Sra. Tânia Brito, porém passou à vinculação da  
396 Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental. Argumentou que o objetivo é aproximar  
397 a gerência de qualidade costeira e as questões da Antártica às mudanças climáticas que acontecem no  
398 nosso continente. Informou ainda que, no dia 16 de maio, a Lei de Gerenciamento Costeiro  
399 completaria vinte anos e que, nos meses de setembro/outubro, haverá um seminário cujo tema será:  
400 “O clima na Antártica e as influências na região sul e sudeste do país”, concitou a todos a divulgar o  
401 assunto.

402 O Representante do MI distribuiu três publicações: Plano Amazônia Sustentável, Políticas de  
403 Desenvolvimento Regional e A Aplicação da Política de Desenvolvimento Regional no Arquipélago  
404 de Marajó. Agradeceu a oportunidade e concluiu dizendo que as publicações eram fruto de trabalho  
405 conjunto de vários ministérios, em especial o MI, MMA e MD.

406 O Representante do MEC agradeceu pelo assunto colocado em pauta, por ocasião da reunião  
407 de dezembro de 2007 resultando no encaminhamento de ofício ao Ministro da Educação, sugerindo  
408 debate na CAPES sobre a criação do Comitê Específico de Ciências do Mar. Participou que este  
409 assunto foi colocado para o Colegiado de Reitores das Universidades Federais e passou ao  
410 Coordenador uma cópia do termo, assinado, por Reitores de Universidades Federais que possuem em  
411 suas grades curriculares os cursos de Oceanografia ou Ciências do Mar e informou que tal termo será  
412 apresentando para o presidente da CAPES e para o Ministro da Educação.

413

## 414 **7.0 - ENCERRAMENTO**

415 O Coordenador da CIRM agradeceu a presença de todos, que se dispuseram a discutir este  
416 importante assunto que envolve fronteiras, limites e não só recursos. Concluiu afirmando que

417 todos participaram das decisões que vão afetar o futuro do nosso país. Declarou encerrada a  
418 presente Sessão e agradeceu a atenção de todos.